

“O acaso sucede a todos...”: delineando o cenário do ensino superior na UFPI - da sua criação aos tempos de pandemia, com foco no Curso de Pedagogia

Kelly Daniele Santos Silva BRITO¹
Josania Lima Portela CARVALHÊDO²
Maria da Glória Soares Barbosa LIMA³

RESUMO

No presente texto objetiva-se descrever as decisões educacionais que contribuíram para a retomada do período letivo no Curso de Pedagogia/UFPI, no contexto da pandemia da covid-19, com o uso de documentos oficiais, como pareceres, resoluções, decretos e portarias, entre outros, que regulamentaram o funcionamento das Instituições de Ensino Superior no Brasil, com ênfase na UFPI. Esses documentos constituem fontes primárias ricas em informações relevantes sobre as decisões tomadas durante o contexto da pandemia. Os resultados apontam que, para a implantação do ensino remoto, recorreu-se às tecnologias da informação e comunicação. As decisões educacionais possibilitaram a continuidade dos processos pedagógicos para o Curso de Pedagogia/UFPI, impondo uma nova realidade para o contexto universitário, novas formas de ensinar e de aprender, novos espaços de aprendizagem com o uso dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), as salas de aula eletrônicas, interativas, flexíveis e descentralizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade Federal do Piauí; Curso de Pedagogia; pandemia da covid-19; decisões educacionais.

1 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Universidade Federal do Piauí.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9950-035X>.

E-mail: kelly_daniele@hotmail.com.

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC e professora titular do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino – DMTE e permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd da Universidade Federal do Piauí - UFPI.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4288-2756>.

E-mail: josaniaportela@gmail.com.

3 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e professora aposentada da Universidade Federal do Piauí - UFPI.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8586-0840>

E-mail: glorialima0210@gmail.com

“Chance happens to everyone...”: outlining the scenario of higher education at UFPI - from foundation to the times of pandemic, with a focus on the Pedagogy Course

*Kelly Daniele Santos Silva BRITO
Josania Lima Portela CARVALHÊDO
Maria da Glória Soares Barbosa LIMA*

ABSTRACT

This text aims to describe the educational decisions that contributed to the resumption of the academic period in the Pedagogy Course at UFPI, in the context of the covid-19 pandemic, using official documents, such as opinions, resolutions, decrees and ordinances, among others, that regulated the operation of Higher Education Institutions in Brazil, with an emphasis on UFPI. These documents constitute primary sources rich in relevant information about the decisions made during the context of the pandemic. The results indicate that, for the implementation of remote teaching, information and communication technologies were used. The educational decisions made it possible to continue the pedagogical processes for the Pedagogy Course at UFPI, imposing a new reality for the university context, new ways of teaching and learning, new learning spaces with the use of Virtual Learning Environments (AVA), electronic, interactive, flexible and decentralized classrooms.

KEYWORDS: Federal University of Piauí; Pedagogy Course; Covid -19 pandemic; educational decisions.

“La casualidad es de todos...”: perfilando el escenario de la educación superior en la UFPI - desde su creación hasta los tiempos de pandemia, con foco en el Curso de Pedagogía

*Kelly Daniele Santos Silva BRITO
Josania Lima Portela CARVALHÊDO
Maria da Glória Soares Barbosa LIMA*

RESUMEN

Este texto tiene como objetivo describir las decisiones educativas que contribuyeron para la reanudación del período académico en la Carrera de Pedagogía/UFPI, en el contexto de la pandemia del covid-19, con el uso de documentos oficiales, como dictámenes, resoluciones, decretos y ordenanzas, entre otros, que reguló el funcionamiento de las Instituciones de Educación Superior en Brasil, con énfasis en la UFPI. Estos documentos constituyen fuentes primarias ricas en información relevante sobre las decisiones tomadas durante el contexto de la pandemia. Los resultados indican que, para implementar la enseñanza remota, se utilizaron tecnologías de la información y la comunicación. Las decisiones educativas permitieron la continuidad de los procesos pedagógicos de la Carrera de Pedagogía/UFPI, imponiendo una nueva realidad para el contexto universitario, nuevas formas de enseñar y aprender, nuevos espacios de aprendizaje con el uso de Ambientes Virtuales de Aprendizaje (EVA), electrónicos, interactivos, flexibles. y aulas descentralizadas.

PALABRAS-CLAVE: Universidad Federal de Piauí; Curso de Pedagogía; pandemia de covid-19; decisiones educativas.

Introdução

O homem parece não conhecer o seu tempo... Quão incerto é o futuro, “o acaso sucede a todos” (Eclesiastes, 9.12b). Quantos planos tínhamos traçado, quando então fomos surpreendidos pela pandemia? Quantos deles precisaram ser adiados ou mesmo interrompidos? E quantos precisaram ser reorganizados ou redefinidos? Nossos projetos mudaram em decorrência da pandemia e forçosamente tivemos que aprender uma nova forma de viver a vida, não é mesmo? A perplexidade paralisou-nos por um breve período. Mesmo assim, progressivamente fomos descobrindo caminhos, saberes e fazeres que nos permitiram avançar.

No contexto educacional, no que tange aos processos educativos, também foi assim. Precisamos reorganizar o cenário educacional para retomar a caminhada e, então, prosseguir. No nível superior, contexto específico das discussões empreendidas neste texto, os processos educativos sofreram uma série de mudanças substantivas, para que o ensino voltasse a acontecer, mesmo diante de uma situação tão adversa como foi o período da pandemia.

A realidade do ensino superior caracteriza-se pela diversidade refletida em sua estrutura e organização. Nesse contexto, “a universidade constitui-se como um cenário complexo e multidimensional, no qual convergem e se entrecruzam influências dos mais diversos tipos” (Zabalza, 2004, p. 10). Partindo das ideias desse autor, torna-se imprescindível compreender a universidade em toda a sua complexidade e múltiplas configurações: como uma instituição social historicamente construída; como espaço específico de formação; sob a perspectiva da economia capitalista, que estabelece relações de custos e benefícios, tanto para o Estado quanto para os indivíduos; na consideração das políticas de financiamento, dos conteúdos, dos cursos e dos currículos; e, finalmente, dos sujeitos que a compõem, sejam alunos ou professores.

É profusa a produção teórica sobre a universidade, portanto, esclarecemos que, neste artigo, recorte da tese de doutoramento, delimitamos as discussões para o cenário do ensino superior, mais especificamente da Universidade Federal do Piauí - UFPI, do período que compreende a sua criação ao contexto da pandemia, com foco no Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Campus Ministro Petrônio Portella – CMPP (sede).

Na seção subsequente à introdução, onde delimitamos o foco do estudo, apresentamos uma análise histórica sobre as Faculdades Isoladas do Piauí, culminando na criação da UFPI – lócus desta pesquisa. Para tanto, realizamos uma breve contextualização histórica, abordando o desenvolvimento econômico e social do Estado do Piauí, destacando fatores diretamente relacionados ao crescimento

educacional da região, os quais desempenharam papel decisivo na criação da UFPI. Por fim, dedicamo-nos a uma análise sobre o ensino superior remoto no contexto da pandemia, com ênfase na realidade da UFPI. Para tanto, iniciamos nossas reflexões a partir do marco histórico vivido no Brasil a partir de março de 2020, quando a pandemia da covid-19 impôs desafios inesperados. Essa situação demandou mudanças significativas na rotina das pessoas em todas as esferas da sociedade brasileira, incluindo, de forma contundente, o âmbito educacional.

Diante dessa nova realidade, diversos segmentos econômicos e educacionais precisaram reorganizar suas rotinas. O setor educacional, foco deste estudo, foi profundamente impactado. As instituições de ensino enfrentaram a suspensão prolongada das aulas presenciais, o que exigiu rápidas adaptações em suas práticas e direcionamentos. Como resposta às restrições impostas pelo isolamento social e ao consequente fechamento de escolas, faculdades, centros de ensino superior, institutos e universidades, implementou-se o ensino remoto como alternativa às aulas presenciais (Saviani; Galvão, 2021), temática que exploramos em maior profundidade ao longo deste texto. Portanto, a discussão que lançamos parte da apresentação e da apreciação de dados documentais sobre o funcionamento do ensino superior no Brasil durante o período pandêmico, em especial, na UFPI. Nesse sentido, objetivamos descrever as decisões educacionais que contribuíram para a retomada do período letivo no Curso de Pedagogia/UFPI, no contexto da pandemia da Covid-19. Por fim, apresentamos nossas conclusões sobre o estudo.

A pesquisa baseia-se em documentos como pareceres, resoluções, decretos e portarias, entre outros, que regulamentaram o funcionamento das Instituições de Ensino Superior, com ênfase na UFPI. Esses documentos constituem fontes primárias ricas em informações relevantes sobre as decisões tomadas durante o contexto da pandemia. Como procedimentos metodológicos, adotamos critérios fundamentados nas orientações de Lüdke e André (2014) para a seleção dos documentos. Primeiramente, definimos o tipo de material a ser analisado, optando por documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da própria UFPI. Em seguida, estabelecemos o critério temporal, delimitando o ano de 2020, com foco em conteúdos relacionados à pandemia da Covid-19. Após a seleção, os documentos foram sistematizados e descritos para análise.

“O acaso sucede a todos...”: delineando o cenário do ensino superior na UFPI – da sua criação aos tempos de pandemia, com foco no Curso de Pedagogia

A instituição da UFPI e o Curso de Pedagogia no Campus Ministro Petrônio Portella - CMPP

É amplamente reconhecido que o investimento na educação impulsiona o progresso de uma nação. Nesse sentido, torna-se indispensável priorizar a educação em diversos contextos políticos e econômicos para garantir o avanço nacional. No Estado do Piauí, a evolução da educação acompanhou, concretamente, o desenvolvimento econômico da região. Conforme aponta Campos (2019), no século XX, o Piauí consolidou-se como um centro fornecedor de gado bovino e exportador nacional de produtos primários de origem vegetal, como borracha de maniçoba, cera de carnaúba e babaçu, entre outros.

Com o desenvolvimento econômico do Piauí no século XX, surgiram as faculdades isoladas, como a Faculdade de Direito do Piauí – FADI (1931), a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí - FAFI (1958), a Faculdade de Administração do Piauí - FAPI (1960), a Faculdade de Odontologia do Piauí - FOPI (1960) e a Faculdade Federal de Medicina do Piauí - FACIME (1960). Essas instituições desempenharam um papel essencial no fortalecimento do conhecimento acadêmico no contexto piauiense. Posteriormente, todas elas foram federalizadas e integradas à Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), criada pela Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968 (BRASIL, 1968), e efetivamente implantada em 1971.

A unificação dessas faculdades isoladas consolidou, de forma definitiva, o Ensino Superior no Estado do Piauí. O credenciamento das faculdades isoladas no contexto piauiense resultou na criação da UFPI, o que possibilitou a oferta gratuita de diversos cursos de graduação, tanto na modalidade presencial quanto a distância, abrangendo bacharelados e licenciaturas. Posteriormente, foram implantados inúmeros cursos de pós-graduação, nas modalidades *lato sensu* (especializações) e *stricto sensu* (mestrados e doutorados). Além disso, a criação da UFPI viabilizou a oferta de cursos no âmbito do ensino básico, técnico e tecnológico, ampliando ainda mais seu papel na formação educacional e no desenvolvimento regional.

Os documentos institucionais da UFPI, a exemplo do Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI (UFPI, 2020), revelam que a instituição atualmente oferece 86 cursos, sendo 71 na modalidade presencial e 15 na modalidade a distância. A criação desses cursos tem desempenhado um papel significativo na disseminação do conhecimento, não apenas no Estado do Piauí, mas também em regiões vizinhas. Esse esforço contribui diretamente para a qualificação de indivíduos, preparando-os para o mercado de trabalho em diversos setores, promovendo o desenvolvimento regional.

Os cursos de graduação da UFPI são respaldados por uma proposta pedagógica que fundamenta sua implantação e define o perfil profissional desejado para seus egressos. Essa proposta visa à formação de profissionais capacitados para atuar nos mais diversos campos do conhecimento, preparados não apenas para o mercado de trabalho, mas também para contribuir de forma crítica e reflexiva com o desenvolvimento e a transformação da sociedade, tanto no contexto piauiense quanto brasileiro.

Seguindo as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, a UFPI tem demonstrado seu compromisso com a oferta de uma formação adequada ao contexto social em que seus alunos estão inseridos. Trata-se de uma educação que se baseia na reflexão e conscientização sobre a realidade social, proporcionando uma formação cidadã, ética e justa, ao mesmo tempo em que capacita seus alunos para transformar a sociedade como um todo. Nessa direção, o currículo de cada curso de graduação encontra-se organizado por eixos, disciplinas, componentes curriculares, competências e objetivos, fundamentado nos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e em consonância com as diretrizes institucionais para a elaboração do Projeto Político de Curso (PPC). Desse modo, como orientam tais diretrizes, ressaltamos a importância de que a construção do PPC seja de responsabilidade coletiva, envolvendo professores, alunos e gestores engajados na efetivação de uma educação/formação de qualidade.

No que se refere, especificamente, ao Curso de Pedagogia ofertado pelo Campus Ministro Petrônio Portella (lôcus do nosso estudo), pontuamos que se encontra vinculado ao Centro de Ciências da Educação (CCE), sendo atualmente denominado de “Prof. Mariano da Silva Neto”, em homenagem ao seu primeiro Diretor. Quatro departamentos de cursos de graduação estão vinculados ao CCE: Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE); Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE); Departamento de Arte (DEA); e Departamento de Comunicação Social (DCSO).

Licenciatura em Pedagogia é um curso presencial, com regime letivo semestral e duração de quatro anos e meio. O ingresso nesse curso da instituição se dá por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), através do Sistema de Seleção Unificada-SISU. O curso é ofertado nos turnos matutino, vespertino e noturno (UFPI, 2018).

Destacamos que o Curso de Pedagogia da UFPI tem formado um número significativo de profissionais capacitados para atuar no campo educacional, não apenas em escolas, mas também em empresas, hospitais e outros espaços educativos que demandam esse perfil profissional. Historicamente, tem sido reconhecido como o curso com o maior número de estudantes, em

“O acaso sucede a todos...”: delineando o cenário do ensino superior na UFPI – da sua criação aos tempos de pandemia, com foco no Curso de Pedagogia comparação com os demais cursos oferecidos no Centro de Ciências da Educação (CCE). O referido curso da UFPI tem passado por diversas reformulações e ajustes curriculares, sempre na direção da oferta de um ensino público de qualidade. Assim, conforme o seu PPC (UFPI, 2018), sua estrutura curricular encontra-se fundamentada na oferta dos componentes curriculares e na formação sustentada nos princípios que norteiam a base comum nacional para formação inicial, a saber: “sólida formação teórica e interdisciplinar, unidade teoria e prática, trabalho coletivo e interdisciplinar, compromisso social e valorização do profissional da educação, gestão democrática, avaliação e regulação dos cursos de formação” (UFPI, 2018, p. 31).

Tendo em vista garantir a formação prevista em seu PPC, sua proposta curricular está organizada em dois grandes Eixos (Eixo 1: Educação: prática sócio-histórica e cultural e Eixo 2: Prática pedagógica e pesquisa). Os referidos Eixos se expressam por meio dos seguintes Núcleos, conforme as Diretrizes Curriculares para a formação inicial de professores em nível superior:

- Núcleo 1: Básicos - formação geral (fundamentos, metodologias e outros);
- Núcleo 2: Aprofundamento e diversificação (conteúdos específicos e pedagógicos em sintonia com os sistemas de ensino);
- Núcleo 3: Integradores (seminários, estudos curriculares, projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência pedagógica, monitoria, extensão, entre outros) (BRASIL, 2015).

A matriz curricular do Curso de Pedagogia da UFPI está estruturada em três categorias de disciplinas: obrigatórias, optativas e eletivas. As disciplinas obrigatórias visam proporcionar uma formação teórica sólida e consistente, abordando o conteúdo essencial da Pedagogia e das ciências afins, viabilizando a construção de uma prática educativa voltada para a transformação social. As disciplinas optativas têm como objetivo o aprofundamento dos conhecimentos em áreas mais específicas da atuação do pedagogo, ampliando as possibilidades de formação profissional e incentivando a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação. As disciplinas eletivas visam enriquecer a formação dos alunos, permitindo que escolham conteúdos de outros cursos com afinidade com a Pedagogia, proporcionando uma abordagem integral e interdisciplinar no currículo.

Ao aluno é permitido cursar, obrigatoriamente, duas disciplinas optativas de sessenta (60) horas, que devem ser disponibilizadas para realização de matrícula aos/às alunos (as) a partir do segundo período do curso de Licenciatura em Pedagogia. As disciplinas curriculares, que compõem o currículo do curso de Pedagogia, integram sistematicamente teoria e prática, de maneira a habilitar o pedagogo nos diversos campos de sua atuação profissional. Cabe ressaltar que, associado a esse

conjunto de disciplinas, oferece diversos programas de acompanhamento ao discente, de estímulo à pesquisa e à sua permanência na UFPI.

Desde sua criação, os cursos de graduação da UFPI são oferecidos de forma presencial, com semestres letivos sequenciais. Contudo, em 2020, o Brasil e o mundo enfrentaram uma grave emergência sanitária que forçou mudanças significativas em diversas esferas da sociedade, incluindo o setor educacional. Esse cenário impôs a necessidade de adaptações drásticas no funcionamento físico, pedagógico e até mesmo nas ideologias políticas das instituições de ensino.

Ensino remoto no contexto da pandemia: uma medida emergencial

Com quase 50 anos desde sua instalação em 1971, a UFPI deparou-se, em 2020, com um cenário de grandes incertezas devido à suspensão das aulas presenciais por tempo indeterminado. Sendo que, em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) já havia relatado o primeiro caso de contaminação pelo vírus causador da Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2 (Sars-CoV-2), responsável pela Covid-19, em Wuhan, na China (Souza *et al.*, 2020).

A Covid-19 logo se espalhou, configurando uma pandemia global. No Brasil, o primeiro caso confirmado foi anunciado em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo, e a doença rapidamente se alastrou, resultando em muitas mortes. Diante do crescente número de óbitos e da rápida disseminação do vírus, o governo federal decretou um período de isolamento social, com o objetivo de reduzir a transmissão do coronavírus, fortalecer as instituições de saúde e evitar o colapso do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse cenário também interrompeu as rotinas de trabalho em diversos setores da economia, incluindo o comércio, a indústria e, especialmente, as instituições de ensino. Diante dessa nova realidade cenário, e com o objetivo de preservar a vida da população, foram adotadas medidas preventivas nos estados brasileiros e em diversos setores econômicos para conter a transmissão da covid-19, incluindo a suspensão das aulas presenciais nos diferentes níveis de ensino (Educação Básica e Superior).

A partir de 17 de março de 2020, as aulas foram suspensas em todos os níveis educacionais, como medida para reduzir a propagação do vírus. Essa decisão foi essencial, pois a Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou que uma pessoa contaminada poderia infectar de duas a três outras por meio de contato físico próximo. A mídia divulgou amplamente essa informação, reforçando a urgência de implementar medidas de distanciamento social. Diante dessa realidade, nessa mesma data, o MEC, por meio da Portaria nº 343 (Brasil, 2020a), determinou a substituição das aulas presenciais por aulas on-line, em plataformas digitais, para as instituições de Educação Superior

“O acaso sucede a todos...”: delineando o cenário do ensino superior na UFPI – da sua criação aos tempos de pandemia, com foco no Curso de Pedagogia do sistema federal de ensino, enquanto durasse a pandemia da Covid-19. Posteriormente, essa Portaria passou por uma série de ajustes e acréscimos, com as Portarias nº 345, de 19 de março de 2020 (Brasil, 2020b); nº 356, de 20 de março de 2020 (Brasil, 2020c); e nº 473, de 12 de maio de 2020 (Brasil, 2020d).

É importante esclarecer que essas Portarias já estabeleciam a substituição do ensino presencial pelo ensino digital. No entanto, foram sendo atualizadas com o objetivo de melhor atender às necessidades dos estudantes nos diferentes níveis de ensino. Em 18 de março de 2020, o CNE se manifestou publicamente para esclarecer e orientar sobre a necessidade de reorganização das atividades acadêmicas em todas as redes de ensino, em todos os níveis, etapas e modalidades, como medida preventiva à proliferação da covid-19.

Em 16 de junho de 2020, o CNE promulgou a Portaria nº 544 (Brasil, 2020e), revogando as Portarias anteriores e autorizando, de forma excepcional, a substituição das disciplinas presenciais por atividades letivas utilizando recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação, inclusive outros meios convencionais, até 31 de dezembro de 2020, com possibilidade de prorrogação enquanto durasse a pandemia.

A decisão das instituições de ensino foi respaldada pelo Parecer do Conselho Pleno – CP/CNE nº 05/2020 (Brasil, 2020f), que tratou da reorganização urgente do calendário escolar e da possibilidade de contabilizar atividades não presenciais para o cumprimento da carga horária mínima anual devido à pandemia da covid-19.

Nesse contexto, surgiu a expressão **ensino remoto**, que, segundo Saviani e Galvão (2021, p. 38),

[...] passou a ser usada como alternativa à educação a distância (EAD). Isso, porque a EAD já tem existência estabelecida, coexistindo com a educação presencial como uma modalidade distinta, oferecida regularmente. Diferentemente, o “ensino” remoto é posto como um substituto excepcionalmente adotado neste período de pandemia, em que a educação presencial se encontra interdita.

Corroborando essa discussão, Rodrigues (2020) enfatiza a importância de esclarecer a diferença entre EaD e ensino remoto. Na EaD, conforme a autora, há um modelo de educação devidamente estruturado e amparado legalmente, tanto nas escolhas pedagógicas quanto na organização dos processos de ensino e aprendizagem. Nessa modalidade, existem concepções teóricas, fundamentos metodológicos e especificidades que garantem a integração entre teoria e prática.

Enquanto o ensino remoto, de acordo com Rodrigues (2020), refere-se a uma adaptação curricular temporária, adotada como alternativa para garantir a continuidade das atividades

acadêmicas durante a crise pandêmica. Essa adaptação exigiu o uso de soluções educacionais totalmente remotas, ou seja, realizadas por meio de recursos digitais e tecnológicos, até uma possível retomada do ensino presencial ou híbrido (Hodges *et al.*, 2020).

Essas adaptações no ensino, denominadas de ensino remoto, se aproximam da EaD, pois o ensino remoto precisou se apropriar de diversos mecanismos utilizados na Educação a Distância (EaD) nos ambientes virtuais de aprendizagem, embora também tenha permitido a utilização de outros elementos distintos.

A Educação a Distância (EaD) já existe como uma modalidade de ensino mediada pelo uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), sendo legalmente regulamentada desde 1996. Moran (2009) explica que a EaD se efetiva por meio da intensa utilização dessas tecnologias. Vale ressaltar que, na EaD, as instituições de ensino podem optar por organizar seus cursos com ou sem momentos presenciais, sendo, no entanto, obrigatória a realização de avaliações presenciais. Estudos históricos dão conta de que a EaD, no Brasil, surgiu com a fundação do Instituto Rádio Monitor e do Instituto Universal Brasileiro, nos anos de 1939 e 1941, respectivamente, tendo obtido respaldo legal somente em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Essa modalidade de ensino vem alcançando maior espaço nas instituições de ensino superior (IES) e no mercado educacional nos últimos anos. A esse respeito, comporta ressaltar que desde o início do século XX, a EaD tornou-se um tipo de ensino presente em todos os níveis escolares, conforme autoriza a Constituição.

Diferente da EaD, o Ensino remoto configurou-se como medida emergencial de enfrentamento à pandemia da covid-19, com a finalidade de dar continuidade ao período letivo, tanto das instituições de Educação Básica como das instituições de Ensino Superior. Assim, conforme orientação legal, excepcionalmente no citado período, as atividades educacionais deveriam ocorrer exclusivamente em formato remoto.

Diante desse novo formato de ensino, as instituições educacionais tiveram como desafio a reorganização de suas atividades educativas para modalidade de ensino não presencial (ensino remoto). Foi necessário, ainda, reorganizar o calendário escolar, para dar continuidade às aulas que anteriormente haviam sido suspensas. Dessa forma, todas as atividades pedagógicas passaram a ser realizadas por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), dentro de um sistema institucional, através do *software Moodle* e *G Suite*, pacote oferecido por instituições universitárias, que integra ferramentas como o *Google Classroom* e *Google Meet*, além do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, no âmbito da UFPI.

“O acaso sucede a todos...”: delineando o cenário do ensino superior na UFPI – da sua criação aos tempos de pandemia, com foco no Curso de Pedagogia

Na universidade em que realizamos a pesquisa - UFPI/CMPP - Campus Ministro Petrônio Portella, conforme a Resolução nº 048/2020-CEPEX/UFPI, de 15 de julho de 2020 (UFPI, 2020), estabeleceu-se o período letivo especial 2020.3, cancelando o período 2020.1 que já havia sido iniciado. No que se refere ao Período Letivo Especial, o artigo 7 delibera:

Considerando-se que o Período Letivo Especial 2020.3 terá 45 dias letivos e que o art. 277 da Resolução nº 177/2012-CEPEX determina que o número de aulas, por componente curricular, não deverá exceder o limite de 4 (quatro) horas por turno e de 6 (seis) horas diárias, cada aluno(a) poderá solicitar matrícula curricular em até 270h.

Assim, após a suspensão em 17 de março, a UFPI retomou as atividades acadêmicas iniciadas no mês de agosto de 2020, exclusivamente, por meio de recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou por outros meios convencionais, em substituição ao modo presencial de ensino. As mudanças provocadas pelo novo feitiço de ensino exigiram alterações no calendário acadêmico da instituição. Assim, conforme a Resolução nº 048/2020-CEPEX/UFPI, de 15 de julho de 2020 (UFPI, 2020), estabeleceu-se um total de 45 dias letivos para o Período Especial 2020.3, distribuídos entre os meses de agosto (19 dias letivos), setembro (25 dias letivos) e outubro (01 dia letivo).

A respeito da organização do calendário acadêmico para o Período Letivo Especial, faz-se necessário pontuar que todas as Universidades gozam de autonomia didático- científica, administrativa, financeira e patrimonial, com respaldo no Art. 207 da Constituição Federal, no Capítulo IV da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para organizarem suas atividades acadêmicas, conforme regulamentos aprovados por decretos do Poder Executivo.

É importante destacar que todas as medidas definidas pela instituição em questão foram orientadas pela Portaria MEC nº 544/2020 (Brasil, 2020e), Parecer CNE nº 05/2020 (Brasil, 2020f) e Art. 207 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). A Resolução Nº 048/2020-CEPEX/UFPI (UFPI, 2020) também orientou acerca da elaboração e organização dos planos de ensino para os componentes curriculares ofertados nesse período, enfatizando o emprego de recursos didáticos como o AVA, como mídia principal, complementado com material impresso, audiovisual, web conferências, videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros. Nesse cenário, o trabalho educativo exigiu o desenvolvimento de práticas educativas mediadas pelo emprego de recursos digitais, o que se

configurou grande desafio para toda a comunidade acadêmica diante das novas demandas do contexto educacional.

Para os estudantes, a substituição do ensino presencial pelo ensino remoto exigiu certas condições materiais, a fim de que pudessem prosseguir com suas atividades acadêmicas de forma proveitosa. Como exemplo das necessidades básicas dos estudantes para o cumprimento de suas atividades acadêmicas nesse período, Saviani (2020) destaca:

- a) o acesso de todos os alunos ao ambiente virtual propiciado pela aparelhagem representada por computadores, celulares e similares;
- b) considerando que alunos e professores devam estar confinados nas suas residências, estas deverão estar todas equipadas com acesso à internet;
- c) é preciso que todos os estudantes preencham os requisitos mínimos para acompanharem, com proveito, o ensino remoto. Ou seja, é preciso que todos estejam não apenas alfabetizados em sentido estrito, mas também em sentido funcional e, mais do que isso, não sejam analfabetos digitais (p. 6).

Essas necessidades estudantis se revelaram, de fato, um problema, posto que boa parte dos estudantes dispunham de poucos recursos financeiros para se equiparem digitalmente e também no que se refere ao uso e domínio de recursos e mídias digitais, muitos deles apresentaram sérias limitações.

Em relação aos professores, essas ocorrências foram bastante similares, como destacam Saviani e Galvão (2021, p. 41):

Não há, pois, uma forma exclusiva de ensinar e aprender e as formas ficam muito restritas quando estamos diante de um modelo em que a aula virtual – atividade síncrona –, que se desdobra em atividades assíncronas, oferece pouca (ou nenhuma) alternativa ao trabalho pedagógico.

Corroborando essa discussão, Hodges *et al* (2020) explicam que o planejamento pedagógico em circunstâncias atípicas requereu a resolução criativa dos problemas, exigindo transposição de ideias tradicionais e proposição de estratégias pedagógicas diferenciadas, a fim de atender à demanda tanto de estudantes quanto de professores.

Segundo Cardoso e Oliveira (2017, p. 211), é certo que não bastava apenas a sua introdução, visto que

As novas tecnologias representam um novo espaço de aprendizagem à disposição de professores e alunos, mas é preciso dominá-lo, sob a pena de se perder essa riqueza e de se colocar, nas ferramentas da informática e da telemática, apenas as aulas tradicionais. A inovação não está no recurso tecnológico em si, mas na forma como é utilizado.

“O acaso sucede a todos...”: delineando o cenário do ensino superior na UFPI – da sua criação aos tempos de pandemia, com foco no Curso de Pedagogia

A introdução das novas tecnologias no contexto do ensino remoto, portanto, não trouxe, por si só, uma solução criativa para os espaços educacionais durante a pandemia. Foi necessário o desenvolvimento de metodologias e estratégias pedagógicas diferenciadas - ou, por que não dizer, inovadoras - para que a mediação pedagógica atingisse os objetivos educacionais, em um tempo de aprendizagem adaptado à nova realidade. Por essa razão, na UFPI, professores e estudantes recorreram às redes sociais para interagir e acompanhar as atividades, adotando uma perspectiva formativa que favoreceu a regulação do processo pedagógico.

Considerações finais

A implantação do ensino remoto revelou-se um momento desafiador, exigindo do trabalho pedagógico uma reflexão crítica sobre os processos de ensino e aprendizagem. Foi necessário adaptar metodologias e estratégias pedagógicas, utilizando as novas tecnologias da informação e comunicação de forma criativa e adequada às diversas realidades, garantindo, assim, o acesso efetivo e proveitoso ao conhecimento para todos. Dentro dessa perspectiva, acrescentamos a essa discussão as ideias de Tardif (2000), o qual destaca que os saberes docentes são temporais, plurais, heterogêneos, personalizados e situados.

Os saberes docentes são temporais, pois resultam da memória e das vivências do professor ao longo de sua vida acadêmica e profissional, de experiências em relação à prática docente que, de certa forma, auxiliam os professores na organização e desenvolvimento de seu trabalho. São plurais e heterogêneos porque são influenciados por uma cultura pessoal, acadêmica e didático-pedagógica. São também personalizados e situados, porque o professor é uma pessoa com características físicas e emocionais próprias, que intermedeiam um processo formativo.

A esse respeito, complementamos a discussão das ideias apresentadas por Tardif (2000), destacando que os saberes docentes devem ser dinâmicos e temporais, pois acompanham as mudanças e transformações de uma sociedade em constante evolução. São plurais, no sentido de que, para o exercício da profissão, o docente necessita de um repertório cada vez mais ampliado de conhecimentos teóricos e práticos.

A implementação dessas medidas educacionais impôs uma nova realidade ao contexto universitário, exigindo novas formas de ensinar e aprender, além de novos espaços de aprendizagem. Nesse sentido, é importante destacar que o novo cenário educacional provocou mudanças significativas na postura de professores e estudantes. Devido à sobrecarga de atividades e às demandas domésticas, o professor teve que se adaptar para lidar com o novo contexto. Todos os

envolvidos nesse ambiente remoto enfrentaram dificuldades, como a falta de acesso adequado às redes ou a carência de equipamentos necessários para manter a conexão. Como já mencionamos, nessa nova realidade, o ensino e a aprendizagem não ocorrem mais no mesmo espaço físico das universidades e escolas, mas no lar dos alunos e dos professores, tendo como mediação a internet, ou seja, a rede global de conexões que permite o compartilhamento instantâneo de dados entre dispositivos. Nesse contexto, o acesso à internet tornou-se imprescindível, pois possibilitava a interação entre docentes e discentes, mesmo quando estão fisicamente e até temporariamente separados.

Diversos fatores são fundamentais para que o processo de ensino e aprendizagem se desenvolva adequadamente, como a criação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e das salas de aula eletrônicas, que devem ser interativas, flexíveis e descentralizadas. Ao contrário das práticas tradicionais, essas características expressam a necessidade de que, no ensino remoto, professores e alunos compreendam a importância de desenvolver atitudes que permitam uma experiência significativa e efetiva de aprendizagem.

Finalmente, é necessário ressaltar que, no contexto pandêmico, as universidades precisaram reorganizar suas atividades acadêmicas e pedagógicas para minimizar os danos pedagógicos e manter uma educação de qualidade. Na UFPI, houve uma alteração no calendário acadêmico, com o cancelamento do período letivo de 2020.1 e, posteriormente, a criação de um período especial (2020.3). A implementação do ensino remoto, com a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), permitiu a continuidade dos processos pedagógicos no Curso de Pedagogia da UFPI, impondo uma nova realidade ao contexto universitário, com novas formas de ensinar e aprender. Essa mudança envolveu a criação de novos espaços de aprendizagem, como o AVA, salas de aula eletrônicas interativas, flexíveis e descentralizadas, além do material de apoio disponibilizado no SIGAA, videoaulas, web conferências e o uso de redes sociais para interação.

Referências

BÍBLIA, A. T. Eclesiastes. *In*: BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Fernando. 3ª Edição. São Paulo - SP: Editora NVI, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria 343, de 17 de março de 2020a**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - covid-19. Disponível em:

“O acaso sucede a todos...”: delineando o cenário do ensino superior na UFPI – da sua criação aos tempos de pandemia, com foco no Curso de Pedagogia

<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-343-2020-03-17.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria 345, de 19 de março de 2020b**. Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-345-2020-03-19.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 356, de 11 de março de 2020c**. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20356-20-MS.htm. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 473, 12 de maio de 2020d**. Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-473-2020-05-12.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - covid-19. Brasília/DF: MEC, 2020e.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 5/2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da Covid-19. **Diário Oficial da União**, ed. 83, seção 1, Brasília, DF, p. 63, 04 maio 2020f. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/sumula-do-parecer-cne/cp-n-5/2020-254924735>. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=136731-rcp002-15-1&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 5.528, de 12 de novembro de 1968**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CAMPOS, F. das C. L. **A universidade do Piauí, das faculdades isoladas à federalização: um olhar através do seu primeiro quadro docente**. 2019. 427 f. Tese (Doutorado em História) –

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2019.

CARDOSO, M. R. G.; DE OLIVEIRA, G. S. Saberes necessários aos professores do ensino superior para uso adequado das TIC's no desenvolvimento de suas aulas. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 20, n. 30, p. 209-228, 2017. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1258>. Acesso em: 10 abr. 2023.

HODGES, C.; MOORE, S.; LOCKEE, B.; TRUST, T.; BOND, A. The difference between emergency remote teaching and online learning. **EDUCAUSE Review**, March, 27. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remoteteaching-and-online-learning>. Acesso em: 10 fev. 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

MORAN, J. M. **O que é educação a distância**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em: 28 fev. 2022.

RODRIGUES, A. Ensino remoto na educação superior: desafios e conquistas em tempos de pandemia. **SBC Horizontes**, jun. 2020. Disponível em <http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/06/ensino-remoto-na-educacao-superior>. Acesso em: 10 de fev. 2022.

SAVIANI, D. **As implicações da pandemia para a educação, segundo Dermeval Saviani**. 2020. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2020/07/30/as-implicacoes-da-pandemia-para-aeducacao-segundo-dermeval-saviani/>. Acesso em: 01 set. 2022.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: falácia do “ensino” remoto. **Revista Universidade e Sociedade**, v. 67, n. 31, p. 36-49, janeiro. 2021.

SOUZA, C. J. de; GUERRA, T. R. B.; CARVALHO, D. da S.; JESUS, R. V. L. de; COSTA, L. H. O. da; ISSOBE, M. K.; VIEIRA, H. L. de S.; SANTOS, D. A. dos; ZAMBA, C. F. dos S. As interfaces da (re) invenção do ensino na graduação em enfermagem em tempo de covid-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. 1-19, 2020.

TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 5-24, jan./abr. 2000. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE13/RBDE13_05_MAUICE_TARDIF.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

UFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**: 2020-2024. Teresina, 2020. Disponível em: https://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PDI/PDI_2020_2024_UFPI_vf3.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

“O acaso sucede a todos...”: delineando o cenário do ensino superior na UFPI – da sua criação aos tempos de pandemia, com foco no Curso de Pedagogia

UFPI. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia da UFPI**. Teresina, PI: UFPI, 2018.

UFPI. **Resolução nº 048/2020**, 15 de julho de 2020. Dispõe sobre a regulamentação, em caráter excepcional, da oferta de componentes curriculares e de outras atividades acadêmicas, no formato remoto, em função da suspensão das aulas e atividades presenciais em decorrência da pandemia do novo coronavírus – covid-19. Disponível em:

https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Parnaiba/Editais/2020/Res_048-2020_Calend%C3%A1rioAcademicoGradua%C3%A7%C3%A3o2020.3_pandemia_covid-1920200723100159.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário**: seus cenários e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 17/05/2024
Aprovado em: 20/12/2024